



Relatório Final – Jan/2016

**Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo
Projeto Clínicas do Testemunho**

Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



PROJETO CLÍNICA DO TESTEMUNHO – INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS

RELATÓRIO FINAL – JAN/16

SUMÁRIO

Dados gerais do projeto

- I. Apresentação da Clínica do Testemunho como política reparatória
- II. Metodologia centrada no trabalho com grupos
- III. Eixos de atuação
 - 1. Eixo clínico
 - a. Grupo Intergeracional
 - b. Grupo de Filhos e Netos
 - c. Atendimentos individuais
 - d. Famílias
 - e. Rodas de Conversa
 - f. Conversa Clínica Pública
 - 2. Eixo de capacitação
 - 3. Eixo de pesquisa
- IV. Dispositivos de suporte à equipe clínica
- V. Incubadora de projetos
- VI. Repercussão nos meios de comunicação
- VII. Recomendações para futuras experiências

Anexo: Programa de Capacitação

Dados gerais do projeto**Período: Abril de 2013 a dezembro de 2015****PROJETO CLÍNICA DO TESTEMUNHO – INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS****Objetivos e metas:**

1. Atendimento de 140 pessoas (60 que entraram com o processo de reparação na Comissão de Anistia e familiares) para que possam passar pelo processo do testemunho de maneira apoiada por um corpo grupal, reduzindo os efeitos traumáticos;
2. Capacitação de 25 profissionais da saúde;
3. Produção de insumos de pesquisa para a consolidação da Clínica do Testemunho;
4. Criação de rede de interlocução sobre esses temas;
5. Sensibilização de organizações, institutos, governos e formadores de opinião.

Coordenadores do Projeto:

Moisés Rodrigues da Silva Junior, Issa Mercadante

Equipe Clínica:Cristina M.E. Herrera, Issa Mercadante, Maria Beatriz Vannuchi,
Maria Marta Azzolini, Pedro Tavares Antunes, Rodrigo Blum

I. Apresentação da Clínica do Testemunho como política reparatória

A Comissão de Anistia foi instalada pelo Ministério da Justiça, no dia 28 de agosto de 2001, para analisar os pedidos de indenização formulados pelas pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, de 18 de setembro de 1946 até cinco de outubro de 1988. O órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil, de depoimentos escritos e orais das vítimas. E é desse grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação das violações, como também a necessária reflexão sobre a importância de não repetir os atos de arbítrio do Estado.

É a partir da compreensão do processo histórico-político da anistia brasileira que a Comissão de Anistia promoveu uma “virada hermenêutica” nas leituras usualmente dadas à Lei 10.559/2002, que afirma em seu artigo 2º: “É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares (...).”

A Comissão de Anistia se orienta por dois princípios para o entendimento dessa lei. O primeiro princípio é de que a anistia é concedida àqueles que foram perseguidos e não aos perseguidores. Já o segundo reside do fato de que o artigo citado é de genuíno reconhecimento do direito de resistência e dos erros cometidos pelo Estado contra seus concidadãos.

O entendimento afirmativo da Lei 10.559/2002, a Lei da Anistia, sustenta não o esquecimento imposto, mas a ideia de que a anistia é ato de reconhecimento do arbítrio perpetrado em nome do Estado e declaração da legitimidade de ter resistido ao regime ditatorial.

Atualmente, os pareceres finais da Comissão de Anistia, remetidos ao Ministro da Justiça, trazem essa mensagem de forma explícita: “A Comissão de Anistia opina pela declaração de anistiado político ao perseguido político tal, oficializando por este ato o pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro”. A estrutura de reparação do dano moral pode ser formulada por meio de políticas públicas de memória, promotoras de reparações em vários níveis simbólicos, que garantem ao próprio Estado a devolução da dignidade que a ofensa estatal lesionou.

A demanda originalmente atendida pela Comissão de Anistia em sua atividade de reparação econômica e moral ampliou-se, para suportar também medidas que atendessem à reparação dos danos causados à vida emocional dos afetados pela violência de Estado nos anos da ditadura militar, isto é, de suas sequelas. Essa nova etapa do programa de reparações da Comissão de Anistia buscou, por meio de chamada pública, selecionar projetos da sociedade para fomentar a implantação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado a que se refere à Lei da Anistia. E o Instituto Projetos Terapêuticos, como uma instituição psicanalítica, sentiu-se convocado por essa chamada. Uma instituição que pensa a psicanálise como uma práxis em seu tempo e que escolheu a Clínica do Testemunho como caminho de construção de uma memória que pertence a todos.

Já se passaram mais de cinquenta anos do golpe no Brasil e quarenta da sistematização da doutrina de Segurança Nacional, verdadeira “arquitetura de exceção” projetada pela ditadura civil-militar. O Estado de Exceção no Brasil “destruiu livros e documentos, invadiu campi universitários, proibiu leituras de obras e de autores considerados antifascistas, socialistas, comunistas entre outros. Censurou textos, livros, letras de músicas, peças de teatro, e criou a função de censor, em redações de jornais e em veículos de comunicação; legitimou a delação, a espionagem entre vizinhos, a escuta telefônica e criou um clima de suspeição, incômodo e de vigilância permanente. Principalmente, instituiu a pena de morte por fuzilamento e o banimento do solo brasileiro. Não instituiu legalmente duas figuras trágicas, que, se legalizadas, colocariam explicitamente o país na contramão das Convenções de Genebra: a autorização para a tortura e o desaparecimento forçado dos opositores capturados”.¹ A lei como impostura, a pseudolegalidade, acarreta até hoje efeitos na sociedade brasileira.

¹ Arantes M. A. (2013). Tortura. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 129.

II. Metodologia centrada no trabalho com grupos

Os grupos são um privilegiado espaço de escuta das histórias caladas e instrumento agudo na elaboração do conhecimento pela significação histórica, pelo fato de os sujeitos se constituírem como tal em uma trajetória de experiências grupais, ou seja, pelo lugar fundamental das relações com os outros na constituição da subjetividade. Interagir é ação social, na medida em que envolve os sujeitos em reciprocidade, possibilitando a partilha de histórias, conhecimentos, significados, e constituindo o ambiente social e cultural dos grupos, ambiente em que se internalizarão vínculos e relações sociais que vão constituir seu psiquismo.

Assim, cada integrante do grupo comparece com sua história pessoal e, na medida em que se constituem em grupo, passam a compartilhar necessidades e objetivos, entramando uma construção coletiva resultante da interação que dá ao grupo sua especificidade e identidade. Os grupos, como unidades de interação, não se repetem por se constituírem no interjogo entre a vida psíquica e a estrutura social, em um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis.

III. Eixos de atuação

O núcleo “Clínica do Testemunho – Projetos Terapêuticos” trabalhou dentro dessa perspectiva, desdobrando-se em três eixos: o clínico, o de capacitação e o de pesquisa, como se detalhará a seguir.

1. Eixo clínico:

A partir da experiência de anos de trabalho dentro do campo da saúde mental, como uma equipe de profissionais comprometidos com uma clínica de sujeitos em situações de vulnerabilidade social, com problemáticas que se inscrevem no terreno da defesa dos direitos humanos, o Instituto Projetos Terapêuticos construiu um projeto de intervenção junto aos afetados pela violência de Estado, nos anos da ditadura civil-militar no Brasil, que visa considerar a especificidade do trabalho clínico com essa vivência particular.

Foi oferecida uma clínica de trabalho em grupo, que leva em conta em seu manejo, e em cada intervenção, uma experiência que se inscreve, à maneira de uma dobradiça, tanto no terreno do privado, do íntimo, do fantasmático de cada sujeito, quanto no terreno do social, no âmbito coletivo ou institucional, que o transcende e marca.

Escolheu-se um dispositivo terapêutico para possibilitar e propiciar a historicização e subjetivação de uma narrativa oral compartilhada entre os pares, que promovesse o trabalho psíquico necessário à produção ou elaboração do testemunho. Portanto, o eixo fundamental que articula o trabalho de reparação é elaborar coletivamente, com os pares/entre pares, os efeitos que o próprio ato de testemunhar gera nos sujeitos, tanto no aspecto individual como no social.

a. Grupo intergeracional

O grupo intergeracional foi formado a partir do processo inicial de recepção dos participantes da clínica. Teve duração de aproximadamente um ano e meio, iniciado em maio de 2013 e finalizado em dezembro de 2014, com uma frequência semanal, e funcionou como um grupo aberto, isto é, novas entradas e saídas aconteciam durante todo o processo e não havia um tempo pré-determinado de duração.

Desde o início, optou-se por receber os inscritos em grupo, com uma proposta de recepção que consistia em quatro encontros para levantamento das demandas e indicações para os settings de atendimento. Inicialmente, pensou-se em desenvolver settings de atendimento grupal específicos para cada geração, mas, a partir das demandas surgidas nesses encontros iniciais, entendeu-se que seria mais indicada a formação de um grupo intergeracional, em que as diferentes gerações estivessem juntas ao longo de um processo.

Houve um pedido dos próprios participantes para que permanecessem juntos, revelando que a geração dos filhos tinha perguntas endereçadas à geração dos pais, e que estes, por sua vez, ficavam profundamente mobilizados por esses questionamentos, que talvez nunca tivessem sido feitos antes de forma tão direta. Essa circulação da palavra entre gerações foi um dos eixos desse primeiro momento de constituição da clínica, apresentando-se como a demanda inicial desse trabalho.

Foram encontradas muitas dificuldades nesse período inicial de formação de um grupo e foi extremamente trabalhoso fazer um contrato e definir o lugar dessa clínica com os participantes. A questão da confiança esteve colocada com força desde o primeiro momento. Uma proposta de reparação psicológica vinda do Estado, o compromisso do sigilo, a assinatura de lista de presença, enfim, eram muitas questões que se colocavam facilmente no campo da paranoia e da desconfiança, sobretudo para aqueles que outrora foram violentados pelo Estado. Amarrar esses pontos em torno de um projeto de trabalho que teria como proposta a experiência de testemunhos em grupo foi um enorme desafio.

À medida que alguns combinados iniciais foram feitos, os participantes iniciaram suas apresentações. Foram relatos marcados por muita dor, excessos e emoção. Os horrores da tortura, a crueldade dos agentes torturadores, a eterna sensação de medo, o desejo de vingança e justiça foram temas trazidos por eles. Algumas situações mais agudas, nas quais algumas pessoas precisaram se retirar diante da intensidade das falas, resultaram na decisão de aumentar o número de coordenadores de dois para três. Percebeu-se a importância de ampliar as possibilidades de retaguarda e continência para trabalhar com esse grupo.

Nesse período inicial de recepção, estiveram reunidos participantes de três gerações, em alguns casos até da mesma família. Ficaram evidentes as diferenças nos discursos e a necessidade de diálogo entre eles. As diferentes gerações tinham perguntas a serem feitas umas para as outras e esses grupos iniciais foram marcados fortemente pela abertura dessa conversa intergeracional.

As perguntas da geração mais nova buscavam compreender o sentido das escolhas de seus pais e os desdobramentos dessas escolhas em suas vidas. Revelavam forte ambivalência na maneira de verem os pais, confrontando a posição de heróis lutadores com a de irresponsáveis em suas decisões de risco. Falavam do desamparo em que foram lançados, diante daqueles acontecimentos que retiraram seus pais de suas funções. Foi tarefa desse grupo incluir essas diferentes posições em um diálogo e trabalhar com as tensões surgidas ali. Já a geração diretamente afetada falava dos efeitos da experiência traumática vivida durante a ditadura nas subjetividades, sintomas que se perpetuaram no tempo e dos quais não conseguiam se livrar. Prisões, perseguições, torturas, desaparecimentos, enfim, experiências de terror que produziram efeitos terríveis, um sofrimento que não passa, apesar do longo tempo transcorrido desde então.

O grupo de participantes rapidamente fez laços entre si, criou-se ali um espaço de continência, acolhimento e afeto. Muitos já se conheciam de outros lugares, o que de certa forma trouxe ao grupo um clima de familiaridade. Juntos, algumas vezes em até três gerações, foi possível que falassem a outros "pais", ou a outros "filhos, aquilo que nunca conseguiram falar aos seus próprios ou ouvir deles. Parece mais fácil essa interlocução quando se dá através de outras famílias que não a própria. Nos momentos mais delicados, as falas que mais encontraram ressonâncias vieram a partir desses cruzamentos.

A presença das gerações mais novas trouxe um movimento muito interessante ao grupo. Os mais jovens conseguiam com mais facilidade acessar um discurso afetivo, quebrando a tônica de um discurso político que é muito intenso na geração diretamente afetada, e que se coloca muitas vezes como resistência ao trabalho terapêutico. Percebeu-se que as gerações juntas propiciaram um facilitador nos processos, ajudando e vencer as resistências. Ficou claro que, para tratar essa questão, é preciso incluir esse diálogo intergeracional, pois foi justamente por meio dele que se pôde observar uma inflexão no discurso enrijecido daqueles que foram afetados diretamente. Os testemunhos vão sendo tecidos nessa possibilidade de juntar os acontecimentos com os afetos.

O trabalho em torno do testemunho teve o efeito de aos poucos criar pele. Aquilo que antes se apresentava sem a menor continência, à medida que o trabalho sobre o testemunho se desenvolveu, foi encontrando contorno. O processo de construção do testemunho, como uma narrativa própria sobre os acontecimentos, narrativa que se tecia, se repetia e se ampliava, foi dando um recurso de apropriação da experiência e de transmissão entre as gerações.

b. Grupo de Filhos e Netos

Quando esse grupo intergeracional terminou, foi aprovado pela Comissão de Anistia o aditivo para que o projeto seguisse por mais um semestre. A equipe decidiu, entre outras ações, criar um grupo terapêutico do qual participassem apenas pessoas da segunda e da terceira geração. Não só porque sentiram a necessidade de compartilhar um espaço entre elas, onde pudessem pensar as questões relativas à sua geração, como também uma maneira de integrar o trabalho do projeto junto ao coletivo de filhos e netos pela Memória, Verdade e Justiça, no espaço das Clínicas do testemunho.

Foram realizados 8 encontros em março e abril de 2015, e participaram do grupo 9 filhos com idade entre 34 e 55 anos. A coordenação ficou a cargo de uma dupla de terapeutas. Alguns deles já haviam participado do grupo intergeracional, outros vieram indicados a partir de atendimentos individuais, e outros ainda estavam entrando em contato com a Clínica do Testemunho pela primeira vez.

Foram recebidos novos participantes até o terceiro encontro. A chegada de um novo integrante motivava a (re)apresentação de todos, produzindo uma narrativa oral que a cada vez trazia elementos que, se por um lado às vezes se repetiam, por outro revelavam novas identificações, novas elaborações, fruto do trabalho terapêutico grupal.

Essas apresentações-testemunhos, ao se desdobrarem, acabam por construir uma história geracional, dessa geração específica, que teve a vida impactada pela violência sofrida por seus pais, durante a luta contra a ditadura. Famílias que tiveram suas histórias marcadas por morte, desaparecimento, prisão, tortura, exílio, acontecimentos que afetaram profundamente aqueles que então eram apenas crianças ou mesmo aqueles que ainda não eram nem nascidos, e que nem por isso escaparam dos efeitos da violência sofrida por suas famílias. Sabe-se que os efeitos da violência atravessam gerações.

A seguir, algumas falas de participantes dão a dimensão do alcance da experiência traumática e a possibilidade reparatória do trabalho grupal:

"Essa história não é só minha, não é só da minha família."

"Até agora, com 34 anos, eu não sabia que essa era uma questão na minha vida."

"Tem coisas que só agora com 50 anos eu percebo o porquê."

"Eu percebi que aquilo que eu achava que não sabia, que não lembrava, era parecido com o que outros tinham guardado como memória de quando eram crianças."

"O processo terapêutico da Clínica do Testemunho me dá a chance de estar compartilhando esse fardo, essa dor que nos atingiu como filhos, netos, família."

Para os que eram muito novos ou para os que nasceram depois, a experiência do grupo na Clínica do Testemunho propiciou uma mudança na relação com essa história traumática, que até então fora de seus pais, para torná-la sua também. Como uma herança da qual cada um tem que se apropriar para transmiti-la às gerações seguintes, não como trauma, mas como um passado a ser conhecido, que não pode ser esquecido, para que não mais aconteça.

Essa especificidade do recorte, um grupo de curta duração, criou inevitavelmente uma demanda de continuidade, desdobrada em dois eixos, que, embora articulados, apontam para uma diversidade de ações:

- **Incubadora de Projetos - Clínica do Testemunho - Projetos Terapêuticos-SP**

A Incubadora de Projetos propõe a reparação como uma articulação entre projetos pessoais e coletivos. O Grupo de Filhos e Netos-SP, acolhido na incubadora encontra um lugar gerador de agenciamento do trabalho de autonomização do grupo, por meio do desenvolvimento de produções culturais, estéticas e clínico-políticas por Memória, Verdade e Justiça.

- **Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça**

Grupos de segunda e terceira geração também aconteceram em outros estados onde o projeto das Clínicas do Testemunho se desenvolveu, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Por isso, foi criado um coletivo chamado "Grupo de Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça", que trabalha dentro de uma ampla pauta incluída no programa de reparações da Comissão de Anistia. Entre elas, está: a continuação da reparação psíquica através das Clínicas do Testemunho; a ampliação do alcance das clínicas pelo país, através de novos editais; a construção e a transmissão de uma memória geracional através de um projeto educacional para levar testemunhos às escolas; a busca de registros para reconstruir histórias encobertas; a criação de um banco de dados; e o desenvolvimento de iniciativas jurídicas pelo direito à reparação.

c. Atendimentos individuais:

A equipe do projeto considera também que o atendimento clínico individual é de fundamental importância, quando inserido dentro do contexto de construção do testemunho. O trabalho no dispositivo de atendimento individual dimensiona o trabalho de reparação, na articulação entre o fantasmático-privado e o coletivo-público-político, que situa o testemunho entre a história e a História de uma vida, dentro de um ordenamento institucional.

Os pacientes que foram atendidos na clínica chegaram a partir de demandas diferentes, embora sempre orientados, ou desorientados, pelos significantes que referenciam uma clínica que se constitui em parceira com o Estado de Direito, e que disponibiliza um atendimento clínico como parte das políticas de reparação frente à violência do Terrorismo de Estado, nas épocas ditatoriais. Em função dessa perspectiva, e a partir de uma leitura da demanda, buscou-se responder institucionalmente com os recursos e dispositivos que foram sendo construídos.

Houve pacientes que estavam sendo atendidos no espaço terapêutico grupal e precisaram de um trabalho individual, em função de efeitos que não poderiam ser trabalhados grupalmente – excessos de angústia que não podiam esperar. Esses pacientes permaneceram então em atendimento individual, mas também participaram concomitantemente do espaço grupal. Outros conseguiram permanecer no espaço de atendimento individual, após passarem pelo grupo intergeracional e não ficarem, por não terem condições psíquicas ou por não poderem frequentar o horário ou dia das reuniões grupais.

Alguns pacientes precisaram da retaguarda de consultas psiquiátricas individuais, para poder trabalhar a atualização das questões traumáticas vivenciadas no atendimento grupal. Também foram necessárias consultas psiquiátricas para pessoas que chegaram à clínica em situações de muita vulnerabilidade, desorganizadas psicologicamente, ou sem recursos para poder suportar um trabalho terapêutico, a não ser com acompanhamento de medicação.

Houve pacientes que chegaram à Clínica do Testemunho quase no final de 2014 e foram recebidos individualmente. Foi quando o grupo das quartas-feiras, que introduzia os pacientes no trabalho testemunhal, estava processando o final do seu trabalho. Era um momento difícil, não só pelo encerramento de um trabalho dessa ordem de complexidade, mas também porque coincidiu com o final do primeiro mandato da presidente Dilma, na época das eleições, com todas as incertezas sobre os destinos do projeto das Clínicas do Testemunho.

Nessa mesma época, foram atendidos alguns dos pacientes que finalizaram seu atendimento no grupo e ainda precisavam elaborar individualmente o encerramento do trabalho. A reflexão e elaboração conjunta dessas passagens, nesse momento em que estava em questão a finalização do projeto piloto e o aproveitamento do tempo de adendo por seis meses, aconteceu não só nos dispositivos de discussão da equipe de profissionais do projeto, como junto aos pacientes que foram convocados para mais de uma Roda de Conversa. Nela foi discutida e processada em conjunto a possibilidade de alocação de cada um, e de todos, nos diferentes dispositivos de trabalho para o primeiro semestre de 2015.

Por último, houve também pacientes que ingressaram na clínica por meio do grupo intergeracional, ou dos atendimentos familiares, decorrentes dos recortes de encaminhamento dentro desse grupo.

Um dos pacientes, por exemplo, era um artista plástico. A partir de um atendimento familiar, percebeu que o espaço da clínica poderia ser muito importante para acompanhar o processo de elaboração e montagem de uma exposição, que evocaria suas lembranças de infância, como filho de militantes políticos em uma família afetada diretamente pela violência do terrorismo do Estado, na época da ditadura. Um paciente que, embora fazendo questão de ser atendido individualmente, e com uma grande preocupação nas maneiras de expor e se expor nas histórias familiares, tentava encontrar um lugar a partir do qual

sobrevoar a memória da sua infância e testemunhar, a partir da sua produção artística, o tempo que tem a ver com ele, com a família, com a época, construindo uma exposição claramente endereçada a um coletivo. Um testemunho que evocava os momentos vividos, mais além do mundo familiar, privado. Um primeiro testemunho no espaço público. Testemunho dos efeitos dessa experiência de infância que atravessou sua vida e marcou a de várias gerações para sempre.

d. Famílias:

Como já foi dito, a Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos tem os dispositivos de atendimento grupal como seu eixo clínico. Durante aproximadamente um ano e meio, de maio de 2013 a dezembro de 2014, o grupo intergeracional foi o dispositivo clínico central, onde na maioria das vezes se deram tanto as recepções como o andamento dos processos dos participantes na clínica. Desde os primeiros encontros de recepção e formação do grupo, por vezes foram recebidas famílias que foram procurar a clínica juntas, em alguns casos com integrantes de até três gerações.

À medida que essas famílias seguiam participando dos encontros grupais, percebeu-se em alguns casos uma demanda específica de conversas entre seus próprios integrantes. Muitas vezes as questões relacionadas ao tema da ditadura foram silenciadas fortemente, sendo pouco ou até mesmo nada abordadas entre seus membros. Outras vezes, embora constantemente abordadas pelos adultos, o alcance da significação da história/História familiar e social ficava muito distante desses filhos, ainda muito pequenos naquela época para processar uma versão sobre essa vivência e, principalmente, sobre o lugar que eles, como filhos, tiveram na história junto aos pais.

Foi dentro desse contexto que, nessas situações, foi proposto um recorte de atendimento clínico familiar com alguns encontros, onde seus integrantes pudessem retomar, a partir de uma mediação de escuta e acolhimento, a abertura de um campo de comunicação e transmissão das histórias familiares. De pais para filhos, de filhos para pais. Descongelar o tempo que parou naquele tempo, separar as gerações, acolher a dor e os lutos não possíveis. Enfim, por um lado retomar o passado e se aproximar dele, por outro, construir uma primeira distância que permita novas versões da história; as possíveis a partir de lugares diferentes. Testemunhos da experiência, testemunhos das marcas familiares no contexto de uma história/História geracional.

Observamos que através desses recortes familiares foi possível, de alguma maneira, retomar as formas de transmissão do testemunho, pelas quais as gerações de filhos e netos se constituíram como filhos e netos de militantes ou de militantes mortos ou desaparecidos. A memória pessoal dos filhos foi tecida, em um primeiro momento, a partir das narrativas familiares, no contexto do íntimo e, ao longo dos anos, foi ampliada com os relatos que, atravessados pela história social, construíram a textura das histórias vivenciadas, para fazê-las próprias.

Atendimentos		
Tipo	Sessões	Período
Grupo Intergeracional	67	05/2013 – 04/2015
Grupo de Filhos e Netos	8	03/2015 – 04/2015
Individuais	469	07/2013 – 10/2015
Familiares	12	08/2013 – 05/2015

e. Rodas de conversa

A Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos propõe, como eixo central do projeto, dispositivos de atendimento clínico grupal. Considera que esse dispositivo propicia a historização e subjetivação de uma narrativa oral compartilhada, que promove o trabalho psíquico necessário para a produção e elaboração do testemunho. Isso ocorre tanto na própria clínica terapêutica quanto nos espaços de encontros coletivos, como a Conversa Clínica Pública ou Roda de Conversa, cuja finalidade é também clínica. Um trabalho clínico, que opera na sua dimensão reparatória somente, em parceria com o Ministério de Justiça, no contexto da Lei de Anistia.

As Rodas de Conversas são reuniões de testemunho abertas a todos os participantes do projeto, familiares, amigos e convidados. Trata-se prioritariamente de estabelecer um momento de encontro coletivo e reservado ao mesmo tempo. Nesse dispositivo, todos se encontram, equipe e participantes. Literalmente em uma roda, a conversa circula e o testemunho individual e coletivo se apresenta vivo e potente. A abertura de um espaço coletivo reservado proporciona aos participantes e à equipe clínica uma possibilidade viva de todos os envolvidos olharem mais de perto os diversos percursos e efeitos que o trabalho de testemunho carrega em cada um, no grupo e na instituição. A real possibilidade de compartilhar experiências, expectativas e projeções ganha na Roda de Conversa um lugar plural, onde dores e afetos não respeitam hierarquias ou posições. O coletivo aqui é o verdadeiro lugar da circulação e transmissão.

Foram feitas ao longo do projeto Clínicas do Testemunho três rodas de conversas, na sede do Instituto Projetos Terapêuticos.

Rodas de Conversa		
Local	Data	Participantes
Instituto Projetos Terapêuticos	06/12/2014	11
Instituto Projetos Terapêuticos	04/02/2015	21
Instituto Projetos Terapêuticos	04/03/2015	11

f. Conversa Clínica Pública:

A Conversa Clínica Pública é um dispositivo de memória que cria possibilidades, provoca, dá visibilidade e condições de enunciação ao que foi alienado como dor privada, reconhecendo o renegado social pela constituição de um território constituído pela conversa, a clínica e o público. O discurso não vem pronto, elaborado, acabado, mas é fruto do conversar, etimologicamente “viver em companhia, frequentar”. As reuniões foram organizadas com o objetivo principal de ouvir e não de falar, porque o testemunho é sempre um ato dirigido a alguém que escuta, permitindo a palavra, organizando o encontro e lhe dando sentido.

As Conversas Clínicas Públicas são feitas sempre e necessariamente em parceria com outra instituição; em lugares abertos e públicos. Como disparador para a circulação da palavra, utilizou-se sempre o recurso do audiovisual. Por meio de um filme referido à época dos anos de chumbo, o tema é trazido à tona e introduz a montagem de uma cena coletiva, na qual três psicanalistas se colocam frente ao auditório e dizem que estão lá para escutar junto o que as pessoas tiverem para contar.

Assim como os dispositivos clínicos de grandes coletivos idealizados e desenvolvidos por importantes autores como Moreno, Bion e Pichon, a abertura para a palavra silenciada e a escuta para as dores mais íntimas, a Conversa Clínica Pública estabelece espaço e tempo para testemunhos da vida dos participantes, com os participantes e para os participantes.

Ao longo dos dois anos e meio do projeto Clínicas do Testemunho, foram realizadas seis Conversas Clínicas Públicas, com a participação de ao todo 420 pessoas. A última dessas conversas, em dezembro de 2015, no Memorial da Resistência, foi um evento de encerramento do projeto e de lançamento do livro “Travessia do Silêncio, Testemunho e Reparação”, que reúne artigos produzidos a partir dessa experiência, e do vídeo de mesmo nome sobre a Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.

Conversas Clínicas Públicas		
Local (em São Paulo)	Ano	Participantes
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	14/04/2013	95
Memorial da Resistência	09/11/2013	51
Centro Cultural São Paulo	03/07/2014	57
Biblioteca Alceu Amoroso Lima	20/05/2015	37
Conselho Regional de Psicologia	17/06/2015	32

Memorial da Resistência	05/12/2015	148
		Total: 420 pessoas

2. Eixo de capacitação:

Esse eixo, dirigido a profissionais da área da saúde mental, visa preparar os que se deparam em seu trabalho com as questões relativas às consequências psíquicas e sociais da violência do Estado na população atendida, até os dias de hoje. Isso porque a luta pelos direitos humanos – que certamente excede as situações que dizem respeito aos efeitos da violência do Estado na época da ditadura – foi e continua sendo um eixo de fundamental importância para pensar as políticas públicas na área de saúde mental. A tarefa proposta à capacitação foi o aprimoramento pessoal dos terapeutas, o cuidado de cada um com sua história e a possibilidade de trabalhar com ela como um instrumento clínico. O objetivo último da capacitação é instrumentar o profissional para uma prática de transformação de si, dos outros e do contexto em que está inserido.

Os grupos são um instrumento privilegiado na elaboração do conhecimento pela significação histórica, pelo fato de nos havermos constituído como sujeitos em uma trajetória de experiências grupais, ou seja, pelo lugar importante das relações com os outros (o processo de interação) na constituição da subjetividade.

A escolha da técnica de grupo operativo como metodologia do projeto teve como objetivo promover um processo de aprendizagem a partir da interação entre os participantes. A aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros no interjogo entre a vida psíquica e a estrutura social, em um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis.

Interagir é ação social, na medida em que envolve os sujeitos em reciprocidade possibilitando a partilha de histórias, conhecimentos, significados, constituindo-se assim o ambiente social e cultural dos grupos. Cada integrante do grupo comparece com sua história pessoal e na medida em que se constituem em grupo passam a compartilhar necessidades e objetivos, entrmando uma nova história.

A capacitação da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos foi realizada em São Paulo de agosto de 2014 a dezembro do mesmo ano, com carga horária total de 39 horas. Foram oferecidas 25 vagas para profissionais da área de Saúde Pública, que se esgotaram, mas teve 19 participantes. Na capacitação, foi apresentada e discutida a experiência do projeto: sua metodologia, seu funcionamento, seus desafios e aprendizados. Também contou com um workshop de psicodrama, sobre a implicação dos participantes com a violência de Estado na ditadura militar; seminários sobre diferentes temas, como violência e tortura, em dois tempos, com exposição teórica seguida de grupo operativo; e apresentação do documentário “1964: um golpe contra o Brasil”, seguido de discussão com o autor e convidado Alípio Freire (Ver programa da capacitação no Anexo I). Depois de encerrada a capacitação, foram realizados mais cinco encontros com alguns dos participantes, para a preparação de uma Conversa Clínica Pública.

- **Violência e Subjetividade:**

Foi constituído um dispositivo de discussão e reflexão sobre as questões que surgiram a partir da experiência clínica do projeto, que dizem respeito às incidências subjetivas da violência do terrorismo de Estado sobre a subjetividade de nossa época. Tanto sobre os sujeitos diretamente afetados e seus familiares, quanto sobre a sociedade como um todo. Em um espaço coletivo, reuniram-se mensalmente, durante todo o projeto piloto, um grupo de profissionais que, direta ou indiretamente, estavam concernidos pela especificidade desse trabalho.

Um trabalho clínico que, em parceria com o Ministério da Justiça e a Comissão de Anistia, se inscreve dentro das políticas de reparação, a partir do momento em que o Estado democrático, reconhece a responsabilidade do dano causado, em relação à violação dos direitos humanos na época das ditaduras. Um trabalho que pode produzir um efeito simbólico importante como operador da restituição da memória e da palavra, tanto no âmbito da história singular de cada sujeito e de cada família, como no âmbito das construções coletivas de memória social, que fazem parte da História política do país.

O dispositivo Violência e Subjetividade propiciou uma perspectiva de trabalho coletivo importante. Além da ampliação do debate e do suporte para as indagações da equipe, propiciou a construção e a elaboração de questões que tiveram como desfecho a produção de textos dos participantes, que ampliaram e retomaram, a partir de diferentes perspectivas, a especificidade deste trabalho dentro do terreno dos direitos humanos.

Cerca de 70 pessoas fizeram parte desse coletivo em diferentes momentos. Trabalhou-se em torno da leitura de 65 textos. Foram feitas discussões de vinhetas clínicas e elaborados 12 artigos dos participantes do grupo. Algumas questões, de uma maneira ou de outra, insistiam e faziam parte do debate e da produção clínica, entre elas:

- Conceito de Testemunho. Referência histórica. Testemunho jurídico/ testemunho da experiência;
- Violência de Estado versus Terrorismo de Estado;
- Vítima/afetado pela violência de Estado. “Vitimização” e privatização do dano;
- Trauma social/ traumatismo sexual;
- Transferência suposto saber/ transferência suposta confiança;
- Silenciamento social/ recusa/recalque;
- A construção de linguagens possíveis para fazer frente ao testemunho, do ponto de vista do acesso às experiências recusadas, que não puderam ser inscritas;
- Testemunho e espaços coletivos. O dispositivo grupal como eixo dessa clínica;
- Grupos terapêuticos intergeracionais/ Grupos terapêuticos geracionais;
- Atendimentos individuais/Atendimentos familiares;
- Efeitos do traumático social sobre a subjetividade;
- Efeitos do traumatismo social na transmissão intergeracional;
- Produção de linguagens testemunhais.

3. Eixo de pesquisa:

A partir da experiência clínica, foram elaborados e produzidos textos que ampliam o conhecimento sobre as consequências psíquicas e sociais da violência de Estado, dentro das questões referentes ao terreno dos direitos humanos e ao lugar que o Estado tem frente ao campo do Direito.

Ao fim de três anos de trabalho, análise e, principalmente, profundo envolvimento, foi apresentado um material escrito, reunido em uma publicação intitulada “Travessia do Silêncio, Testemunho e Reparação”. Os textos que compõem esse livro são um registro das reflexões e discussões teóricas, dos procedimentos de trabalho e dos encontros clínicos realizados pelo Instituto Projetos Terapêuticos no contexto do Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Trata-se de um reencontro com a história passada recente do Brasil e de outros países da América do Sul em uma busca pela reparação, em vários níveis simbólicos e psicossociais, dos danos causados pelo arbítrio, pela repressão e pela violência de Estado praticados durante o período da ditadura civil-militar no país.

Foram impressos 2 mil exemplares do livro (https://www.justica.gov.br/central-de-contenudo/anistia/anexos/travessia_final.pdf), dos quais 1,5 mil foram destinados à Comissão de Anistia. Os demais serão distribuídos gratuitamente para bibliotecas das universidades e faculdades da área de saúde e humanas, movimentos sociais, equipes e pacientes do projeto e de outros Núcleos. Além disso, o livro será disponibilizado na internet como e-book.

Capacitação		
Tipo	Encontros	Período
Violência e subjetividade	17	04/2013 – 06/2015
Peritos de Perus	5	
Profissionais de saúde	13	08/2014 – 12/2014
Suporte à equipe	100	

Supervisão	40	
Oficinas de preparação da equipe	2	

IV. Dispositivos de suporte à equipe clínica

Durante todo o processo de atendimentos da Clínica do Testemunho, a equipe do Instituto Projetos Terapêuticos contou com dispositivos de suporte para elaboração da experiência e também na avaliação das adaptações necessárias dentre os vários dispositivos de atendimento no andamento dos trabalhos. Era fundamental levar em conta que a desconfiança, o ódio, o sentimento de abandono e a indignação, teriam seus efeitos de repetição na própria equipe, como costuma acontecer no trabalho com o traumático resultante da violência de Estado.

Para fazer uma clínica de qualidade, e prevenir o adoecimento dos profissionais envolvidos na proposta de reparação psíquica, é necessária uma verdadeira rede de suporte e elaboração dessa clínica a partir de uma multiplicidade de espaços, alguns deles já citados anteriormente.

1. Violência e Subjetividade

O grupo de elaboração que fez parte do eixo capacitação foi também um espaço de discussão importante para toda a equipe. Nesse espaço, as questões teórico-técnicas puderam ser discutidas e elaboradas pelo viés das referências teóricas e da ética de uma clínica social.

2. Reuniões Clínicas

Com o objetivo de trabalhar a estrutura do projeto e as emergências, foram realizadas as reuniões clínicas – com frequência semanal, no primeiro ano de trabalho, e, a partir do segundo ano, com frequência quinzenal – com a participação de toda a equipe de terapeutas e a coordenação. Nessas reuniões, discutia-se o projeto como um todo, desde os dispositivos de atendimento, os eixos de capacitação e pesquisa/produção de insumos. Um espaço com a especificidade de trabalhar mais diretamente as dificuldades e impasses dos atendimentos e o encontro com o traumático, assim como seus efeitos nos trabalhadores, nos quais se recorreu a alguns dispositivos mais propriamente em relação ao manejo da clínica.

3. Oficina de Sensibilização e Elaboração da Proposta Terapêutica

Sob a supervisão do psicodramatista e psicanalista Pedro Mascarenhas, nesta oficina, através de recursos de análise institucional e do trabalho psicodramático com as “cenas temidas dos terapeutas de grupo”, foi feito o trabalho de preparação da equipe para a especificidade da demanda e para a proposta de trabalho em grupos. O tema dessa oficina foi o encontro com os fantasmas e dificuldades dos próprios terapeutas, diante dos efeitos da violência de Estado.

4. Grupo de Interlocução Clínica e Teórica

A partir do início dos atendimentos, foram realizadas reuniões quinzenais de interlocução clínica e teórica, sob supervisão da psicanalista Caterina Koltai, nas quais o material clínico e o manejo das dificuldades, caso a caso, constituíram o foco do trabalho.

5. Oficinas teórico-clínicas entre equipes

Foram criados espaços de encontro e interlocução com membros de outros projetos de Clínica do Testemunho. Realizaram-se dois encontros de três horas cada um, com a equipe da Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro, e um encontro de três horas, com a Clínica do Testemunho do Instituto Sedes Sapientiae. Essas reuniões gerais com as equipes das Clínicas do Testemunho e os membros da Comissão da Anistia foram fundamentais para as trocas de experiência, adequação de expectativas e a continuidade do projeto.

V. Incubadora de projetos

Ao final do primeiro período de atendimento grupal, quando foi anunciado o final do grupo intergeracional de testemunho, surgiram várias propostas das pessoas que passaram pelo programa, de novos projetos, que necessitavam de uma ancoragem, para que pudessem ser acolhidos, discutidos e executados. Aquele era um momento fundamental, de mudança de lugar dentro do programa, no qual as pessoas passavam de pacientes a agentes de propostas, que usavam outros recursos para continuar lidando com o tema. Nesse momento pensou-se em montar um dispositivo que pudesse dar conta dessa nova demanda que surgia e, assim, foi criada a Incubadora de Projetos.

Foi idealizada como um ambiente grupal de pertencimento e compartilhamento de ideias, com o objetivo de criar ou desenvolver projetos, anunciando uma mudança possível a partir da mobilização dos sujeitos, de suas forças vitais, de seus contextos de existência. Nessa proposta, a reparação se relaciona diretamente com a articulação entre os projetos pessoais e coletivos.

O projeto sempre articula uma tensão de não ser agora para poder sê-lo futuramente, operando no sentido oposto do tempo do traumático que se repete sempre o mesmo. Assim, introduzindo uma diferença, reposiciona o sujeito, abrindo-o ao desejo de saber, à possibilidade de historicizar seu destino, dando-se aí efeitos subjetivantes que implicam uma filiação simbólica. A operação de pertencimento a um coletivo é ato constituinte da subjetividade, permitindo que o sujeito restitua presença social participativa.

Como Milton Santos, é possível pensar que é dos lugares compartilhados que resultam solidariedades contíguas, próximas, diferentes daquelas das relações nas redes próprias das empresas e das grandes instituições. O lugar surge como escala da esperança.

O dispositivo se desenvolve como uma complexa articulação de produções técnicas e sociais, como uma potência promotora de outras invenções, novas associações e cooperações, evidenciando-se assim que a subjetividade é força viva, quantidade social, potência política.

Os encontros da incubadora aconteceram mensalmente por duas horas, no segundo semestre de 2015, num total de sete reuniões, coordenadas por Moisés Rodrigues da Silva Maria Marta Azzolin e Issa Fernando Sarraf Mercadante. Foram apresentadas várias propostas de trabalho, entre elas:

1. Oficina Retalhos de Memória

O projeto Retalhos de Memória, idealizado por Camila Sipahi Pires, foi realizado no segundo semestre de 2015, com a participação de dez pessoas no total, sob a coordenação de Camila e Issa Fernando Sarraf Mercadante. Foram realizados oito grupos e a proposta era a de fazer intervenção em fotos dos participantes, que remetesse à época da ditadura. Através dessas intervenções, com colagens, costuras e recortes, buscou-se fazer uma releitura, que levasse à novas simbolizações das vivências experimentadas à época. A proposta fez com que pessoas que tinham mais dificuldade de falar nos grupos verbais pudessem se expressar e atravessar, de alguma forma, pontes fechadas pelo trauma vivido à época e se mostrou como um bom complemento ao processo verbal. Ao final, os trabalhos foram reunidos em um projeto único que gerou um estandarte da Clínica do Testemunho.

2. Documentário “Travessia do Silêncio, Testemunho e Reparação”

O documentário que relata a experiência da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos e sua importância como política de reparação, conta com depoimentos de participantes e da equipe. O filme acabou se incorporando ao vídeo que a equipe técnica havia proposto como insumo do projeto, e seu DVD foi encartado à publicação de mesmo nome.

3. Centro de memória

Proposta de criação de um Centro de Memória, que tenha como objetivo resgatar a memória dos afetados pelo regime ditatorial civil-militar.

4. Acervo de memória

Proposta de criação de um site para receber depoimentos, fotos e documentos de pessoas afetadas pela ditadura. O site do projeto já está desenhado e precisa de um investimento econômico para que possa ser colocado no ar.

5. Livro infanto-juvenil

Proposta de produção de um livro infanto-juvenil que aborde o tema da violência de Estado exercida pela ditadura.

6. Intervenção no social

A proposta de intervenção no social se desdobrou em uma montagem de um grupo teatral dirigido por Sérgio Sálvia Coelho que realiza um trabalho de leitura da peça Antígona de Jean Anouilh.

VI. Repercussão nos meios de comunicação

A Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos teve significativa repercussão em meios de comunicação nacionais e internacionais, com matérias e entrevistas em sites, revistas e jornais:

- **Revista Carta Capital (04/04/2013)**

Governo federal dará tratamento psicológico a vítimas da ditadura

Brasil seguirá exemplo de Argentina e Uruguai com projeto gratuito em quatro cidades, que pode se estender a outros tipos de violência do Estado

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-federal-dara-tratamento-psicologico-a-vitimas-da-ditadura>

- **BBC Brasil (02/05/2013)**

“Trauma de tortura na ditadura transmitido entre gerações, diz psicanalista”

A violência sofrida por vítimas da ditadura militar no Brasil e por suas famílias não foi compartilhada e elaborada pela sociedade como um todo e é como uma "chaga aberta" que está sendo transmitida de geração para geração, segundo um psicanalista ouvido pela BBC Brasil.

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130430_clinicas_testemunho_mv

- **Revista Brasileiros (23/06/2013)**

“O Brasil no divã”

O médico e psicanalista Moisés Rodrigues da Silva Júnior coordena uma das Clínicas do Testemunho, o programa criado pelo Ministério da Justiça para atender vítimas da violência do regime militar: “O brasileiro se acostumou à convivência com a tortura”

<http://brasileiros.com.br/2013/06/o-brasil-no-diva/>

- Jornal Valor Econômico (05/07/2013)

“Marcas da violência”

<http://www.valor.com.br/cultura/3187050/marcas-da-violencia>

- Jornal O Globo (18/01/2014)

“Tocando as feridas em busca da redenção”

Torturados na ditadura procuram Clínica do Testemunho, oferecida pelo governo, para aprender a lidar com o que viveram

<http://oglobo.globo.com/brasil/tocando-as-feridas-em-busca-da-redencao-11343042>

- Agence France Press (28/03/2014)

“No justice for victims of Brazil's dictatorship 50 years on”

https://www.youtube.com/watch?v=7n3KtlxttII&list=UU86dbj-lbDks_hZ5gRKL49Q

- Revista GQ Brasil (março/2014)

“Nos porões da memória”

O Estado Brasileiro tenta curar os danos causados a seus cidadãos durante a ditadura militar. Nos últimos meses, GQ acompanhou um programa inédito do governo federal que dá assistência psicológica a vítimas de tortura e suas famílias. No momento em que o golpe completa 50 anos, contamos como o tratamento está trazendo vida nova a quem sofreu com a violência – e como pode ajudar a curar os traumas do país inteiro

<http://gq.globo.com/Cultura/noticia/2014/03/nos-poroes-da-memoria.html>

- Blog Bem Blogado (21/11/2014)

“Porque não queremos a volta dos militares”

<http://bemblogado.com.br/site/aporque-nao-queremos-volta-dos-militares/>

- Facebook da Carta Capital:

A Carta Capital postou o vídeo “Travessia do Silêncio, Testemunho e Reparação” em sua página, que obteve mais de 11 mil visualizações (até janeiro/2016).

https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/vb.229151370439618/1039369089417838/?type=2&theater¬if_t=scheduled_post_published

VII. Recomendações para futuras experiências

A experiência deste projeto piloto apontou que há alguns dispositivos que foram fundamentais para a sustentação desta clínica. A partir disso, optou-se por fazer algumas recomendações para as equipes que darão continuidade à Clínica do Testemunho.

1. Articulação com centros de memória

A iniciativa de reparação psicológica é paradoxalmente uma proposta nova e um tanto tardia. Talvez em função disso, muitos daqueles que poderiam demandar essa clínica não têm acesso, ou têm dificuldade de chegar aos Núcleos da Clínica do Testemunho. Porém, essas pessoas mantêm algum contato com as instituições governamentais e não governamentais que têm feito um trabalho de construção e preservação da memória.

Sugere-se, portanto, alguma articulação de caráter institucional entre a Comissão da Anistia e os centros de memória, nas diversas localidades, realizando um trabalho conjunto de acolhimento e apresentação das modalidades e procedimentos nas diversas iniciativas da Comissão da Anistia e indicando a Clínica do Testemunho como um espaço de reparação.

Em São Paulo, por exemplo, seria importante uma aproximação mais orgânica com o Memorial da Resistência e o Núcleo de Memória. Um trabalho conjunto poderia beneficiar o acesso à Clínica do Testemunho e também evitar a burocratização do contato entre aqueles que requerem a reparação do Estado e os que representam e realizam o processo, como iniciativa desse mesmo Estado.

2. Dispositivos de cuidado da equipe terapêutica:

Por se tratar de um trabalho que lida com os efeitos da violência e da instrumentalização do “pior” do humano, os efeitos de desconfiança, persecutoriedade, angústia e outras manifestações do desamparo diante da arquitetura da crueldade tendem a se reapresentar. Faz parte desta clínica o encontro com as repetições do traumático e isso pode se manifestar nos laços entre os usuários com a equipe clínica e as instituições, e também no interior das equipes, entre os próprios terapeutas.

Para manejá-las, as manifestações que extrapolam e passam ao largo do campo do simbólico, e podem causar verdadeiros estragos na subjetividade dos terapeutas, ou nos laços entre eles, a equipe da Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos incluiu como item “Dispositivos de Cuidado com a Equipe Clínica”, citados neste relatório. Sugere-se que as diversas equipes contemplam essa necessidade, estabelecendo espaços de troca teórico-clínica, supervisão clínica propriamente dita, e também redes de discussão, que façam barreira à tendência à privatização do contato com os efeitos da violência e os fenômenos de silenciamento.

3. Grupos de Testemunhos Intergeracionais

Recomenda-se o atendimento clínico em Grupos de Testemunhos Intergeracionais, aliados aos dispositivos mais clássicos de atendimento, como sessões individuais, sessões de família e atendimento psiquiátrico. Os grupos intergeracionais permitem o trabalho com as “identificações cruzadas”, em que as diferentes posições entre as gerações podem aparecer e, mais importante, em que as perguntas e as buscas das narrativas podem ser formuladas e também ouvidas. Justamente porque dentro das próprias famílias o traumático cala, a fala entre filhos e pais de famílias diversas dá a chance de nomear o que está encapsulado nos efeitos de desconfiança, na dor e no mutismo. O grupo intergeracional permite a desprivatização da dor, localizando e compartilhando, na medida do possível, acontecimentos que pertencem àquelas gerações, que fazem parte de uma composição histórica.

4. Adoção das Conversas Clínicas Públicas

Recomenda-se tomar a Clínica do Testemunho como uma clínica social e radicalizar essa afirmação, com a adoção das Conversas Clínicas Públicas, por se tratar de um dispositivo que oferece a escuta dos efeitos da violência de estado nos coletivos, constituindo uma intervenção na recusa ainda vigente no discurso social.

As Conversas Clínicas Públicas, realizadas em espaços públicos, abrem espaço para as falas, as perguntas, os testemunhos de cidadãos que estiveram em posições políticas distintas. Muitas vezes, mesmo aqueles que não “pensariam nesses tempos” podem se lembrar de suas experiências. Nessas conversas, fala-se do medo, do estranhamento, dos fenômenos que revelam os efeitos de dano no corpo social.

São Paulo, 29 de janeiro de 2016

Anexo: Programa de Capacitação

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Público alvo: Profissionais da área de Saúde Pública

Início: 08/08/2014

Término: 05/12/2014

Carga horária – 39 horas

25 Vagas – esgotadas

Local: Rua Gabriel de Brito, 29, Pinheiros, São Paulo – SP – CEP 05411-010

Telefone: (11) 3875-0797

EIXO DE CAPACITAÇÃO / FORMAÇÃO

A proposta de capacitação / formação que a Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos apresenta é parte do projeto piloto Clínica do Testemunho da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e se desenvolverá de agosto a novembro de 2014, num total de 39 horas.

PROGRAMAÇÃO

1) Abertura – Dia 08/08, das 15:00 às 18:00

Apresentação do projeto Clínicas do Testemunho, equipe, concepção e atividades.

2) Workshop de Psicodrama – Dias 15 e 22/08, das 15:00 às 18:00

A tarefa se processará sobre a implicação dos participantes com a violência de Estado na Ditadura Militar.

Coordenador: Pedro Mascarenhas

3) Apresentação do documentário “1964: um golpe contra o Brasil”, seguido de discussão com o autor e convidado: Alípio Freire – Dia 05/09 das 15:00 às 18:00

Coordenador: Issa Mercadante.

4) Seminário – De 12/09 a 21/11, sempre às sextas-feiras, das 15:00 às 18:00

A atividade se realizará em 2 tempos, com exposição teórica seguida de grupo operativo, com a coordenação de Moisés Rodrigues e observação de Maria Marta Azzolini.

12/09 – O homem é o lobo do homem / Caterina Koltaf

19 /09 – Crueldade, violência e exclusão / Caterina Koltaf

03/10 – Tortura, uma política de Estado / Myrna Coelho

10/10 – Tortura, um acontecimento demasiado humano / Maria Auxiliadora Arantes

Quatro encontros teórico clínicos com a equipe da Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos – SP

Cristina Maria Elena Herrera; Issa Fernando Sarraf Mercadante; Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi; Pedro Tavares Antunes; Rodrigo Gonçalves Blum.

17/10 – Nosso dispositivo e sua operação.

07/11 – O grupo como porta de entrada; clínica com grandes coletivos: Conversa Clínica Pública.

14/11 – Demandas geracionais, intergeracionais e transgeracionais.

21/11 – A equipe e as redes de sustentação necessárias para essa clínica.

5) Encerramento elaborativo – Dia 05/12, das 15:00 às 18:00

APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

Convidado: Alípio Freire, Jornalista, escritor, artista plástico e cineasta, Membro do Conselho Curador do Memorial da Anistia (BH – MG).

Caterina Koltai, socióloga, psicanalista, professora aposentada da graduação e pos graduação da PUC SP. Psicanálise e Política: O Estrangeiro, ed. Escuta e Totem e Tabu: um mito freudiano. Ed. Civilização Brasileira.

Cristina Maria Elena Herrera, psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Social, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, terapeuta da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.

Issa Mercadante, médico, psicanalista, terapeuta da Clínica Projetos Terapêuticos desde 2001

Membro fundador do Instituto Projetos Terapêuticos, Participou do Projeto Pró-Saúde GV, Coordenador e terapeuta do Projeto Clinica do Testemunho, do Projetos Terapêuticos SP. Consultório particular desde 1986

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, psicóloga e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, Coordenadora Geral de Combate à tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009/2010). Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autora dos Livros: Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política (Escuta, 1994) e Tortura: testemunhos de um crime, demasiadamente humano (Casa do Psicólogo 2013)

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi, psicóloga, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, coordenadora do Núcleo de Famílias do Projetos Terapêuticos e terapeuta da Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos SP.

Maria Marta Azzolini, psicóloga, psicanalista, professora no curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro da equipe da Clínica do Testemunho - Projetos Terapêuticos-SP.

Moisés Rodrigues da Silva Júnior, médico, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, diretor de Projetos Terapêuticos, Coordenador da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.

Myrna Coelho, Psicóloga Clínica Daseinsanalista; Professora do curso "Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica: Clínica e Política na Transformação das Práticas" - Instituto Sedes Sapientiae; Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Pedro Mascarenhas, Psiquiatra, psicodramatista e psicanalista. Membro da coordenação dos trabalhos de psicodrama público no Centro Cultural SP; membro da coordenação do curso de psicodrama do convênio SOPSP-PUCSP; trabalha em clinica privada. Última publicação: um capítulo do livro: Psicodrama em espaços públicos.

Pedro Tavares Antunes - Psicólogo pela PUC-SP e psicanalista com formação no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, terapeuta de grupos e famílias na instituição Projetos Terapêuticos, integrante da equipe clínica do projeto Clínicas do Testemunho Projetos Terapêuticos - SP; clínica em consultório particular.

Rodrigo Blum, psicólogo, psicanalista, membro da Equipe Clínica do Projetos Terapêuticos, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, terapeuta da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos.

